

PAÍSES DA AMÉRICA LATINA E CARIBE RECOMENDAM ESTRATÉGIAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Documento com 14 recomendações é aprovado em seminário internacional

No encerramento do seminário internacional *Desempenho dos professores na América Latina e Caribe: novas prioridades*, hoje, os representantes dos 12 países que participaram do evento em Brasília, entre os dias 10 e 12, reconheceram a importância da formação e capacitação dos professores para garantir uma Educação de qualidade. Em documento subscrito por todos estão 14 recomendações e o compromisso de submeter às autoridades de seus países tais recomendações.

Eis a síntese do documento final:

"Os representantes dos Ministérios da Educação da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Chile, da República de El Salvador, dos Estados Unidos Mexicanos, da República da Nicarágua, da República do Paraguai, da República do Suriname e da República Oriental do Uruguai, reunidos em Brasília - DF - Brasil, no dia 12 de julho de 2002, por ocasião da Conferência Regional *O desempenho dos professores da América Latina e Caribe: novas prioridades*,

RECONHECEM

A importância central da formação e capacitação docente para garantir uma educação de qualidade para todos na América Latina e no Caribe; e

A importância da valorização da profissão docente por meio do estabelecimento de condições dignas de trabalho e incentivos a um melhor desempenho profissional,

RECOMENDAM

1. Que sejam desenvolvidas políticas integrais dirigidas ao desempenho docente, contemplando todos os fatores envolvidos: (a) mecanismos para atrair e apoiar financeiramente jovens talentosos para a profissão docente; (b) estratégias para assegurar que a formação inicial seja consistente com os desafios do mundo contemporâneo; (c) incentivos para criar uma verdadeira carreira docente, que lhes permita progredir sem abandonar as salas de aula; (d) estratégias para melhorar a qualidade da formação de formadores; (e) procedimentos de avaliação, acreditação de cursos e certificação/recertificação de competências docentes.

2. Que se formulem políticas nacionais específicas que adequem a formação inicial e continuada de professores às exigências qualitativas e quantitativas da educação básica e profissional, resguardando inclusive uma distribuição territorial equitativa. A formulação dessas políticas deve ser liderada pelo poder público e contar com a participação de diferentes segmentos da sociedade civil.

3. Que as políticas nacionais de formação docente forneçam parâmetros e diretrizes para ações voltadas para o desenvolvimento profissional dos professores e contemplem componentes necessários à qualidade dos cursos e programas educacionais, inclusive relativos a acreditação e certificação, a partir de exames teóricos e práticos.

4. Que a formação de docentes para a educação básica se dê em instituições especificamente voltadas para esse fim, preferencialmente no nível pós-secundário. Aos professores em exercício na educação básica que não tenham estudos superiores, deverá ser dada oportunidade de realizá-los, garantindo melhor domínio dos conteúdos a serem lecionados e constituição das competências pedagógicas para promover a aprendizagem dos mesmos.

5. Que as atividades de formação em qualquer nível desenvolvam ações sistemáticas voltadas para a formação cultural do docente que enriqueçam sua capacidade de interpretar as mudanças da sociedade contemporânea, com vistas a orientar aos alunos em temas críticos como tolerância, cidadania e diversidade.

6. Que seja incluído um componente de prática efetiva nas escolas de educação básica nos currículos de todos os cursos de formação docente inicial e continuada.

7. Que se elaborem e utilizem intensamente atividades de desenvolvimento profissional com a participação de professores tutores de reconhecida experiência e alto nível de excelência. Os professores tutores devem receber incentivo financeiros e/ou institucionais para estimular sua participação nestas atividades.

8. Que a formação continuada esteja articulada à formação inicial e seja entendida como um sistema orgânico de desenvolvimento profissional permanente, superando-se o atual distanciamento entre as práticas escolares e os conteúdos da formação. A formação continuada deve permitir um maior protagonismo dos docentes, privilegiar estudos e reflexões coletivas e contar com instrumentos de avaliação que determinem a sua eficácia.

9. Que as atividades de formação de professores incorporem intensivamente as novas tecnologias da informação em modelos pedagógicos presenciais, à distância ou mistos, garantindo que todos os futuros professores tenham familiaridade com o uso pedagógico dessas tecnologias como recursos de sua própria aprendizagem e desenvolvimento profissional. A implementação de opções estratégicas do uso da tecnologia para o desenvolvimento profissional dos professores deve basear-se em experiências-piloto e sua seleção deve envolver os próprios professores e seus formadores.

10. Que a introdução das novas tecnologias como recursos de ensino nas escolas de educação básica seja sempre acompanhada de iniciativas nas quais os professores em serviço tenham oportunidade de se familiarizarem com essas tecnologias como recursos de sua própria aprendizagem e desenvolvimento profissional. Atenção especial deve ser dada para o recrutamento e treinamento dos facilitadores envolvidos nessas iniciativas, tendo em conta seu papel crucial para que sejam efetivas. As atividades de desenvolvimento profissional nesta área devem considerar o impacto potencial das novas tecnologias sobre os enfoques e práticas pedagógicas.

11. Que todas as iniciativas de formação e capacitação estejam acompanhadas de avaliações rigorosas baseadas na observação dos resultados das mesmas nas práticas docentes em sala de aula

12. Que sejam introduzidos incentivos ao desempenho dos professores, cuidadosamente dirigidos ao alcance de objetivos de equidade, qualidade e responsabilidade.

13. Que as políticas destinadas à profissionalização do desempenho docente preconizem uma carreira baseada em competências e a noção de profissionalismo coletivo. Os canais de acesso à profissão devem fazer uso intensivo de concursos e mecanismos de certificação.

14. Que sejam definidas estratégias para estimular o intercâmbio regional de experiências e recursos técnicos e pedagógicos em áreas vinculadas à melhoria da qualidade da docência, como por exemplo programas de educação a distância, portais educativos e sistemas de avaliação de desempenho, entre outros.

E ACORDAM:

Submeter esta Síntese de Recomendações às mais altas autoridades de seus respectivos países, com vistas ao desenvolvimento de estratégias nacionais que atendam às recomendações acima."

BRASIL É DESTAQUE NA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

No encerramento do seminário internacional *Desempenho dos professores na América Latina e Caribe: novas prioridades*, hoje, 12, o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, avaliou que a troca de experiências foi importante e que o Brasil foi o país desta região que mais avançou na formação de professores nos últimos dez anos. "Apenas nos últimos seis anos nós reduzimos, significativamente, o número de professores leigos e melhoramos muito a qualificação daqueles que já tinham alguma formação", disse.

Entre os avanços destacados pelo ministro estão a formação de professores leigos da Educação Infantil e de 1ª à 4ª série do ensino fundamental. Em 1995, por exemplo, um em cada quatro professores que trabalhavam nestas séries não tinha qualquer formação. Hoje essa proporção é inferior a 10%. "Reduzimos o número de professores leigos de 360 mil para cerca de 100 mil em seis anos", explicou. Isso foi possível por causa do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) que financiou a formação de professores e permitiu que os prefeitos pudessem pagar melhores salários. E também à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que fixou diretrizes estimulando a erradicação do professor leigo. Já da 5ª a 8ª série do ensino fundamental e do ensino médio, a expansão foi na qualificação dos professores, o que também torna o Brasil uma referência.

Avaliação – Mas as estrelas dos programas brasileiros são os sistemas de avaliação e os programas de treinamento de professores. Nos últimos sete anos, o Ministério da Educação implementou quatro sistemas de avaliação para as principais áreas de ensino: Sistema de Avaliação da Educação Básica

(Saeb), Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Exame Nacional de Cursos (Provão) que avalia a Educação Superior, e Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), lançado agora.

Na parte de treinamento de professores, o ministro destacou o programa Parâmetros em Ação, que é a difusão dos Parâmetros Curriculares Nacionais por meio de uma rede de municípios que organizam os treinamentos. "Nisso, sem dúvida, o Brasil é referência para os países da América Latina", disse Paulo Renato.

O Seminário internacional reuniu durante três dias, no Hotel Nacional, em Brasília, representantes de 12 países da América Latina e Caribe, para troca de experiências e cooperação na área de formação de professores.